

A MATEMÁTICA DO ENSINO PRIMÁRIO NO MARANHÃO: PRESCRIÇÕES DOS CURRÍCULOS E PROGRAMAS DE ENSINO (1889-1930)¹

Silva Marylucia Cavalcante*

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma análise inicial dos programas de ensino de matemática no curso primário maranhense no período de 1889 a 1930. Utiliza-se da pesquisa bibliográfica, apoiando-se dos autores como: (ROMANELLI, 1999; SAVIANI, 2004; VALENTE, 1999); dos autores maranhenses: (OLIVEIRA, 1874; VIVEIROS, 1953; TRIBUZI, 1981), e da pesquisa documental tendo como parâmetros a legislação específica, as matrizes curriculares e os programas de disciplinas da época, para compreensão do objeto investigado. O trabalho está organizado em três etapas: na primeira, a introdução, contendo uma organização do trabalho; na segunda, a instrução pública no Maranhão, estrutura organizativa no campo da escolarização primária; na terceira, currículos e programas de matemática para o ensino na escola primária, seguido dos resultados e das considerações finais. Como resultado parcial, este trabalho encontra-se em fase inicial, pautado na coleta de documentação sobre a instrução pública no Maranhão e na análise dos Programas de Ensino de Matemática, no curso primário entre 1889 a 1930 apontando para a constituição de fonte de informações para as atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições de Ensino Superior, em especial Instituições Maranhenses.

Palavras-chave: Ensino Primário. Maranhão republicano. Currículo e Programas de Ensino de Matemática.

Introdução

O presente trabalho faz parte de uma pesquisa de mestrado, em fase inicial, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Federal de Pelotas-UFPe/RS.

A investigação está pautada na coleta de documentação sobre a instrução pública no Maranhão e na análise dos Programas de Ensino de Matemática, no curso primário entre 1889

¹ O trabalho é parte da pesquisa do Mestrado (em andamento), desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática PPGECEM/UFPe/RS.

* Mestranda PPGECEM; Profa. da Universidade Estadual do Maranhão UEMA/UEMANET; Membro do Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática-GHEMAT/Repositório do Estado do Maranhão. E-mail: marynead@yahoo.com.br

a 1930. A demarcação temporal parte dos anos iniciais da Primeira República e das primeiras décadas do século XX, época “[...] que se resumia na desanalfabetização da população” (GHIRALDELLI, 1994, p.16), emergindo o entusiasmo pela educação, insistindo na ideia de que os problemas do Brasil, por conseguinte, do Maranhão só poderia ser resolvido com as reformas educacionais e a expansão da escola elementar ao povo (GHIRALDELLI, 1994). A metodologia utilizada está balizada na pesquisa bibliográfica e documental. Na sequência, cotejar-se-ão com outras fontes como Leis, Resoluções, Decretos, Diretrizes e Pareceres. Insere-se nesse processo a coleta de documentação, digitalização de fontes primárias ao Grupo de Pesquisa em História da Educação Matemática – GHEMAT, Repositório do Estado do Maranhão. Também, foram realizadas leituras de resumos de artigos, dissertações e teses.

Leitura de livros e capítulos de livros de autores como (ROMANELLI, 1999); (SAVIANI, 2004); (VALENTE, 1999) para uma aproximação maior com o objeto desta pesquisa, e dos autores maranhenses (OLIVEIRA, 1874); (TRIBUZI, 1981); (VIVEIROS, 1953), que em seus trabalhos realizaram um resgate histórico sobre o Maranhão republicano.

A organização do trabalho compreende três etapas: a primeira, introdução; a segunda, instrução pública no maranhão, estrutura organizativa no campo da escolarização primária e a terceira, currículos e programas de matemática para o ensino na escola primária, seguido das considerações finais.

1 Instrução pública no maranhão – estrutura organizativa no campo da escolarização primária

Do final do século XIX para o início do século XX, muitas mudanças aconteceram no Brasil nos âmbitos políticos, econômicos, cultural e educacional. Somou-se a esses acontecimentos processos de urbanização e industrialização.

No Maranhão houve momentos de ebulição, pujança intelectual e destaque pela riqueza econômica. Por um curto período de tempo o Maranhão tornara-se uma das províncias mais fartas, ocupando a quarta economia do país, sendo superado somente pela Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco (MEIRELES, 2001).

Neste contexto Meireles (2001) enfatiza sobre a economia maranhense da época:

[...] foi essencialmente agrária e escravista; a população africana de origem, [...] chegou a superar de pouco a dos senhores brancos. A sua viga-mestra era o algodão, cuja parte na exportação chegou a atingir um índice de 70 por cento, seguido pelo arroz, esse mais ou menos equilibrado, já no meado da centúria, pelo açúcar. [...] a

par da lavoura, com a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, em 1808, instalou-se em São Luís um forte comércio, de princípio principalmente exportador, e logo açambarcado, desde 1812, por uns cem números de firmas inglesas (MEIRELES, 2001, p. 256).

Com esse cenário o Maranhão estreita relação com a Europa, tendo, condições de enviar seus filhos para estudarem Filosofia, Medicina e Matemática em lugares como Portugal, Londres e França.

[...] os filhos eram enviados para o Velho Mundo, na antiga Metrópole. E, uns e outros, com o exemplo local da aristocratizada Colônia Inglesa e o incitamento do comércio francês de artigos de luxo, deram à nossa Sociedade, no Império, um toque de refinamento que criou campo propício ao surgimento de um núcleo intelectual (MEIRELES, 2001, p. 261).

Tal conjuntura contribuiu para o Maranhão, “[...] tornar-se de fato e de direito, a Athenas Brasileira². Grandes vultos surgiram de súbito nas letras, nas ciências, nas artes e na política” (ABRANCHES, 1941, p.119). São Luís, “[...] transformou-se na cidade [reconhecida] pelas boas maneiras de seus hábitos” (MEIRELES, 2001, p. 258). Foi nesse período que “[...] começaram a emergir casarões e sobrados azulejados [...], onde os ricos fazendeiros e os faustos comerciantes residiam, pondo à mostra a pujança econômica de então” (VIVEIROS, 1953, p. 128).

Vale ressaltar ainda que no período de transição - final do século XIX e início do século XX - de forma fragmentada, conflituosa, o Maranhão perde o seu poder de centro agro-exportador de açúcar e algodão, o que representaria uma nova fase de ajustamento e crise em relação ao território nacional. Assim comenta Tribuzi (1981):

[...] com todos os percalços de uma agricultura em crise – e uma vez mais reduzida à rigidez monocultura do algodão, pelo fracasso da tentativa agroindustrial do açúcar, de tão curta duração – e de uma indústria que apresentava esforço superior a real capacidade financeira, o Maranhão ingressou no século XX sem boas perspectivas (TRIBUZI, 1981, p. 12).

Com a economia em crise pelo fracasso agro-industrial do açúcar, isso justifica a ação dos governantes em acelerar mudanças estruturais na sociedade maranhense que a exemplo de outras províncias iniciaram nas áreas educacionais. Por conseguinte, o Estado buscou implantar leis que proporcionassem o preparo de pessoas “[...] ficam obrigados todos os

² Segundo Andrade (1982, p.43) cognome herdado ao Maranhão por contar com uma plêiade de escritores maranhenses (ANDRADE, 1982).

respectivos professores a instruir-se [...]“ (Art. 2º da Lei Provincial 76/1838, p. 45), pois “a instrução é o bem mais estimável que existe” (OLIVEIRA, 1874, p.11).

Os trechos acima revelam na Província, o início dos primeiros passos para o mínimo de instrução das primeiras letras, na leitura, escrita, as quatro operações matemáticas, decimais, proporções, noções de geometria prática, gramática da língua nacional e os princípios da moral cristã e da doutrina católica (VIVEIROS, 1954).

Vale comentar que o método aplicado da época era conhecido como lancasteriano³, que preconizava o ensino memorialístico, sem abertura para conversas, ao contrário, conversas eram entendidas como atos de indisciplina, seguidos de repreensões duras. Esse método teve sua execução comprometida, pois os professores maranhenses não o apoiavam por acreditarem que, com a adoção do mesmo, não haveria qualidade no ensino primário no Estado. Nessa perspectiva Saviani (2008), explica.

[...] a ineficácia do método lancasteriano [mútuo ou tutoria] atribuída, sobretudo à falta de instalação física adequada a prática do ensino mútuo e a ausência de fiscalização por parte das autoridades de ensino, o que tornava freqüente nos relatórios a demanda pela implantação de um serviço de inspeção das escolas (SAVIANI, 2008, p. 130).

Pode-se perceber que o autor acentua a ausência de espaço específico e a necessidade de materiais pedagógicos para a execução do método (SAVIANI, 2006).

Oliveira (2004, p.49), explicita que “[...] por exigir práticas inadequadas à realidade social na qual as escolas estavam inseridas e a consequente falta de alunos interessados na desvalorizada carreira do magistério primário” esse método não logrou êxito, pois visava, principalmente, promover a manutenção da ordem e o cumprimento do dever (VEIGA, 2007).

Não obstante às incertezas e exigências desse método, constantes reformas foram empreendidas e ampliadas na tentativa de homogeneização do ensino, pois o sistema educacional existente já não atendia as novas necessidades criadas pela evolução da sociedade (ANDRADE, 1982).

O Quadro a seguir ilustra e configura as reformas educacionais, contudo, ficando cada vez mais difícil a unidade desejada. O que se assiste é o acesso da educação para as massas, logo, apercebido pela classe dominante que buscou controlá-la do ponto de vista dos seus próprios interesses.

³ Método pedagógico formulado, no início do século XIX, pelos ingleses Andrew Bell (1753-1832), e Joseph Lancaster (1778-1838) é o primeiro método pedagógico, para a instrução pública, instituído oficialmente por D. Pedro I, por meio da Lei 15 de outubro de 1827 (GUARANY e CERQUEIRA, 2012).

Quadro 1 – Principais Reformas Educacionais Maranhense (1890-1895)

Reformas Educacionais Maranhense	Objetivo(s)
Reforma José Tomaz de Porciúncula ⁴ , de 1890.	Estabelecia a gratuidade, facultatividade e liberdade do ensino, dividindo o ensino em primário, secundário, técnico ou profissional, onde as técnicas adotadas no aprendizado dos alunos eram empregadas aleatoriamente, não havendo consistência nos conteúdos ou qualquer organização sistematizada do currículo.
Reforma Lourenço de Sá ⁵ , de 1891.	Estabelecia o ensino primário (livre, laico e gratuito) foi instituído como obrigatório.
Reforma Cunha Martins ⁶ , de 1893.	Estabelecia o ensino público dividido em primário, normal, secundário, profissional ou técnico, e superior, declarando o ensino primário como facultativo.
Reforma Benedito Leite ⁷ , de 1895.	Estabeleceu a obrigatoriedade do ensino primário, isentando aqueles que apresentassem alguma doença contagiosa, ou que fossem deficientes ou indígenas.

Fonte: recortes da obra de Saldanha (1992).

Esse quadro exprime as sucessivas reformas educacionais maranhenses ocorridas no período entre 1890 a 1895. Todavia buscando alternativas para garantir qualidade na educação. Sobre o assunto Leite⁸ comenta:

[...] que a instrução popular é o meio mais importante de todos os elementos do desenvolvimento das nações. Daí instrução ao povo, derrame-a em abundância pelas classes populares e, se nada mais puderdes fazer, podeis depois disso cruzar os braços, tranquilos, confiantes e satisfeitos por que daí há de brotar a maior soma de benefícios que a vossa imaginação concebe (LEITE, 1895 apud VIVEIROS, 1960, p. 167).

Ainda sobre o assunto, Leite compreendeu a necessidade de investimento na educação maranhense para a reorganização do Ensino Primário. Implantou a escola modelo⁹ (que

⁴ MARANHÃO. Decreto n. 21, de 15 de abr. 1890.

⁵ _____. Decreto n. 94, de 1 de set. 1891.

⁶ _____. Lei n. 56 de 15 de maio de 1893

⁷ _____. Lei n. 119, de 2 de maio de 1895

⁸ Benedito Pereira Leite, entusiasta da educação maranhense. Fundou e chefiou o Partido Federalista do Maranhão, em 1895, foi deputado, senador e Governador do Estado (1906-1908).

⁹ Para Saldanha (2009), a Escola modelo Benedito Leite criada em 1896 com a Lei nº. 155, que por intermédio do Governador Benedito Pereira Leite, foi inaugurada em 1900, destinando-a a educação de meninos e meninas. Configurava-se numa escola para o ensino primário, com laboratório de estágio para as alunas da escola normal. Essa escola era considerada elitista, e chegou a ter aula de francês e professores de piano. Seu curso a duração de sete anos, reduzido a seis em 1905.

depois receberia o seu nome) e comentou que de nada valeria investir no Ensino Superior com a real decadência da escola básica maranhense:

Apesar de reconhecer o valor da instrução superior, Leite compreendeu que no Maranhão de nada valeriam as Academias enquanto suas escolas primárias não fossem uma realidade. E certo de que a construção de um edifício deve começar pelo alicerce, foi pelas escolas de primeiras letras que deu início a momentosa obra, que seria a mais brilhante página de sua vida de estadista e que lhe daria a imortalidade no coração do professorado maranhense. A reforma não era fácil de executar-se. Visava seu planejamento uma escola normal servida por um corpo docente, selecionado e aparelhado com material didático adequado selecionado e uma escola de aplicação, a fim de que os novos professores dignificados pelo preparo profissional e estimulado pelas melhorias e vantagens traduzidas na carreira, substituíssem os antigos mestres das escolas maranhenses, aplicando-lhes os novos métodos do ensino moderno (VIVEIROS, 1960, p. 166).

Corroborando com o pensamento de Leite, o Inspetor geral da Instrução Pública, Correa Leal¹⁰, em 1895, confirma e acrescenta:

[...] o maior elemento da civilização, o mais enérgico fator do progresso, termômetro de valor moral dos povos, atalaia das mais sagradas liberdades, é a instrução o objeto que mais reclama a atenção dos governantes nos países organizadas democraticamente onde essa instrução é uma necessidade absoluta para que o cidadão reconheça a lei que é árbitra suprema da vida social (MARANHÃO, 1905).

Decerto, o modo de pensar de Leite foi largamente aceito e difundido na esfera nacional como fator *sine qua non* de desenvolvimento educacional no país, essencialmente no Estado maranhense na época.

Cabe assinalar que o ensino público, instituído na reforma de Benedito Leite em 1895 foi organizado conforme os regulamentos das províncias (estruturada em primário, normal, secundário, profissional ou técnico, e superior) sendo obrigatório o ensino elementar no interior do Estado e integral nas cidades. No interior, o ensino se resumia às matérias de ensino, como: leitura, recitação, ortografia, as quatro operações aritméticas, gramática elementar, lições de coisas¹¹, noções de história e geografia brasileira, educação moral e cívica, e prendas domésticas para as meninas. Já nas cidades, o ensino primário apresentava disciplinas, como: ginástica, música, desenho, física, química, geografia, coreografia do Brasil, história natural, redação e aritmética prática e comercial. Ambos demonstravam

¹⁰ Inspetor da Instrução Pública Maranhão em 1895 (SALDANHA, 2008, 132).

¹¹ Segundo Alves (1942), o método Lições das coisas que teve o apoio do Barão de Macaúbas (Abílio Cesar Borges) que recomendava a doção do método da pedagogia, compreendido que a criança aprendia intuitivamente, e tinha prazer de frequentar a escola ao invés de odiá-la.

profunda preocupação com a preparação do povo para se adequar às novas exigências do regime republicano (MARANHÃO, Regulamento da Instrução Pública, 1896).

Em suma, esse ensino era fiscalizado por instituições legais, sendo autorizada pelo Estado. Tal fiscalização era dificultada devida a falta de investimento na contratação de pessoal para esse fim. Assim, o Governador do Estado buscando solucionar a situação criou, em 1895, a Secretaria Geral de Instrução Pública, porém, não êxito devido ao número insuficiente de professores para atender a demanda das escolas existentes maranhenses.

A respeito desse aspecto Viveiros (1960, p. 163), comenta “[...] o Maranhão não pôde solucionar o magno problema da instrução pública”, questões preocupantes para um Estado que possuía o codinome de Atenas Brasileira. Isto se confirma no anuário estatístico do Maranhão de 1900, que em uma população de 499.308 pessoas, sendo 246.751 homens e 252.557 mulheres, apenas 99.919 sabiam ler e escrever; 188.175 eram considerados totalmente analfabetos e 210.814 sem declaração de instrução. Esses dados demonstram o quão difícil seria implantar ou transformar uma cultura escolar em uma sociedade acostumada a não ler, principalmente quando neste período, o número de escolas não era suficiente para absorver a demanda de meninos e meninas não escolarizados no estado.

Como se vê durante a passagem do século XIX para o início do século XX o Maranhão não conseguiu sair do descompasso da redefinição e reorganização do sistema educacional. Note-se, portanto, no próximo tópico que compõe essa investigação uma cadeia de fatos que explicam a deficiência no currículo e programas de matemática para o ensino na escola primária maranhense.

2 Currículo e programas de matemática para o ensino na escola primária

No que concerne a situação da educação na Província do Maranhão, do final do século XIX para o início do século XX, é sensato afirmar a precariedade do ensino no preparo dos professores, a inexistência de um núcleo fundante e estruturante de programas para o ensino na escola primária, particularmente, para o ensino da matemática.

Importante, contudo, é observar que iniciativas aconteceram a partir da lei do Império¹², conforme assevera Silva (2005), quando faz menção a lei:

Art.1º Em todos os lugares mais populosos, vilas e cidades serão criadas classes de primeiras letras, que forem necessárias. [...]

¹² Lei de 15 de outubro de 1827, a primeira lei que regulamentava a Instrução Pública Nacional do Brasil (MARANHÃO, Regulamento da Instrução Pública, 1896).

Art. 4º as escolas serão de ensino mútuo nas capitais das províncias; e também nas cidades, vilas e lugares populosos, em que for possível estabelecerem-se.

Art.5º para as escolas de ensino mútuo serão utilizados os edifícios, arranjando-se com os utensílios necessários à custa da Fazenda pública e os professores que não tiverem a necessária instrução deste ensino, irão instruirse em curto prazo à custa dos seus ordenados nas escolas das capitais. (SILVA, 2005, p. 43).

Isso posto, Saldanha (2008) acrescenta a prescrição do artigo 36, que determinava:

[...] a obrigatoriedade do ensino primário aos maiores de 7 anos, estabelecendo multa aos pais, tutores, curadores ou protetores de menores que não lhes proporcionassem essa instrução (SALDANHA, 2008, p. 133).

A autora comenta sobre multa aos pais, tutores, curadores ou protetores de menores que não lhes proporcionasse essa instrução, contudo, expressa o princípio de obrigatoriedade do poder público que fixava “[...] penalizar as famílias de poucos recursos, que, não conseguindo vagas para seus filhos, seriam forçadas a contratar os serviços de professores” [...] (SALDANHA, 2008, p.133). Essas proposições asseguravam o Estado à função educativa. Não obstante a essa realidade, a lei Imperial, também instituía o método mútuo ou lancetrino, que consistia na divisão das responsabilidades entre o professor e o aluno, formando grupos de monitoria, ambos envolvidos no processo educacional. Nesse processo, o Maranhão tem destaque especial: aumentou o número de escolas num curto período de tempo: de 14 para 24 escolas (a exemplo, o Colégio Episcopal de Nossa Senhora dos Remédios, criado em 1840; o Colégio N. S. da Glória (para meninas) ou Colégio das Abranches, em 1844; o Asilo de Santa Tereza, em 1855; o Colégio de Nossa Senhora de Nazareth, em 1864; e outros). Tal aumento representou uma crescente difusão na educação e na institucionalização da instrução pública na província Maranhense (CASTELLANOS, 2010).

Infere-se, que, para que o método lancetrino fosse utilizado na escola primária, o inspetor¹³ de Instrução Pública da época solicitava uma coleção de livros, nos quais se destacavam

[...] cartões de leitura, cartões de Aritmética, contendo tabuadas e princípio da numeração, e pequenos problemas para uso das escolas de primeiras letras desta província, onde deve ser posto em prática, o ensino pelo método Lancetrino (PUBLICADOR MARANHENSE, 1850, p. 4).

¹³ Cargo de Inspetor da Instrução Pública criado em 1843, com a finalidade de fiscalizar a instrução primária maranhense entre o governo e os professores (SALDANHA, 2008).

Dessa maneira, o exposto aponta aproximação dos primeiros passos rumo a uma estruturação direcionada para o ensino de matemática, partindo primeiramente das noções de aritmética, para, posteriormente, tratar de princípio de numeração e operação com pequenos problemas.

A revelação mencionada conduz a representações de imagens, símbolos e signos que o professor já se habilitava a utilizar para exemplificar conteúdos de primeiras noções de aritmética (SOUZA, 2006). Vale lembrar, que a escola primária, manteve-se, até as primeiras décadas da República, nos mesmos moldes da velha escola de primeiras letras, isto é, sem nenhum currículo ou programa de matemática estruturado.

Outra iniciativa nesse domínio acontecera em 1854, com o Regulamento¹⁴ do ensino elementar e secundário, dividindo o ensino primário em duas classes: escolas de 1º e de 2º graus.

O primeiro grau limitava-se à instrução moral e religiosa, leitura e escrita, noções de gramática e sistema de pesos e medidas da província. Já as escolas de 2º grau acrescentam as operações aritméticas práticas, elementos de história e geografia, geometria elementar, agrimensura, gramática da língua nacional, desenho linear, leitura explicada dos evangelhos, notícias de história sagrada e sistema de pesos e medidas do império e dos países com os quais o Brasil mantinha relações comerciais (SALDANHA, 2008).

Dessa forma, o Regulamento de 1854, declaradamente organizava o ensino em elementar e secundário, de forma rígida e conservadora, foi aprovado durante a gestão do presidente Eduardo Olímpio Machado¹⁵ e datado em 2 de fevereiro do mesmo ano (SALDANHA, 2008, p. 132).

É mister lembrar ainda que por volta de 1874, à matemática elementar tradicional, de um modo geral, já era ensinada nas escolas, era frequentemente uma sequência de experiências de aprendizagem desarticuladas. Pode-se caracterizar a natureza do ensino da Aritmética, nessa época, relacionada com resolver problemas partindo de regras. Os livros de Aritmética no período de 1889 a 1930, particularmente, no Maranhão não se destinavam a ensinar crianças com menos de 10 anos. Em realidade, quando um menino começava a estudar esse assunto, já se considerava que ele estava atingindo a idade adulta. Indo além, por volta de 1890, já é

¹⁴ Regulamento de 1854 teve duração de 20 anos (SALDANHA, 2008).

¹⁵ Presidente da Província do Maranhão 1855. Este foi considerado um grande administrador, esteve como uma das marcas de sua gestão o compromisso com instrução pública, visando o atendimento, segundo as suas próprias palavras, a todas as classes de cidadãos. No governo de Eduardo Olímpio Martins foram acionadas regras para à organização geral de um sistema de ensino no Maranhão (VIVEIROS, 1953).

possível observar que o método utilizado para apresentar a Aritmética era essencialmente expositiva. Só o professor tinha o livro¹⁶.

Cada um dos alunos recebia um bloco de papel, onde escrevia os problemas que o professor ditava “[...] treinos intensivos, pois pensavam que por meio de exercícios repetidos, poderia desenvolver certas faculdades mentais das crianças” (AUGUSTINE, 1976, p. 2). Importante, contudo, é observar que as situações apresentadas nos livros dessa época partiam do abstrato para o concreto e o papel do professor era em primeiro lugar, manter a ordem e tomar a lição das crianças. Todos os cálculos estavam registrados nos livros e não havia atividades matemáticas orais nem mentais.

3 De 1889 a 1900

Em 1890, o Decreto nº21, preceituava a reorganização e a criação de escolas primárias, de 1º, 2º e 3º graus instaladas respectivamente em povoados, vilas e cidade. Por conseguinte, outro regulamento datado em 22 de junho do mesmo ano, fixava currículo para a escola (SALDANHA, 2008, p.140).

Escolas primárias de 1º grau (povoado) – Leitura e recitação; caligrafia e exercício de ortografia; as quatro operações de aritmética em números inteiros, decimais e quebrados; sistema métrico decimal; Gramática expositiva da língua português; Ginástica; Costura e bordado. Escola primária de 2º grau (vilas) – Deveriam acrescentar ao currículo acima, as Lições de cousas e noções gerais de Geografia e História do Brasil e do Maranhão; Costura e bordado. Escolas primárias de 3º grau (cidades) – Deveriam incluir os estudos de aritmética até proporções; Geometria elementar; Gramática teórica da língua portuguesa; análise dos clássicos; Desenho e Música; Geografia e História do Brasil; Noções elementares de Física, Química e Mineralogia; Noções elementares de Botânica, Zoologia e Geologia; Costura e bordado (grifo nosso).

Conforme se pode observar, a autora evidencia matemática nos três graus de escolas primárias. Nota-se, um currículo com a necessidade de romper com os métodos da escola tradicional vigorado plenamente durante o período imperial “[...] serão empregado no ensino os processos intuitivos e jamais qualquer sistema mecânico baseado exclusivamente na memória” (SALDANHA, 2008, p.141-142).

Em 1896, um novo documento foi elaborado, reorganizando a instrução primária em dois tipos de escolas:

¹⁶ Os livros dessa época podem ser classificados como livros de natureza comercial, porque continham um grande número de problemas e regras relativas a negócios e ao comércio (AUGUSTINE, 1976).

Escolas primárias Elementares (vilas e povoados) – Leitura e recitação; caligrafia; as quatro operações fundamentais da aritmética em números inteiros, decimais, frações decimais e ordinárias; Gramática elementar da língua português; Lições de Coisas, Noções de Geografia geral e especialmente do Brasil; Noções de História do Brasil; Moral e Educação cívica.

Escolas primárias Integrais (cidades) – Deveriam incluir às disciplinas acima citadas, o estudo da Aritmética prática e comercial, comprometendo cálculo de juros, regra de três, sistema métrico decimal até raízes quadrada e cúbicas, excluídos os logaritmos; Geografia e Coreografia do Brasil; Gramática expositiva da língua português; exercício de redação com auxílio ministrado pelo professor e análise dos clássicos; noções de História Natural. Física, Química aplicada a indústria, á agricultura e á higiene; Desenho; Ginástica, Costura e bordados (para as alunas) (SALDANHA, 2008,p.141).

Cabe, neste ponto, observar aqui o aparente interesse em romper com os métodos da escola tradicional, baseados na memorização e repetição mecânica das lições (SALDANHA, 2008). Por certo a matemática vai ganhando destaque, por meio do método intuitivo¹⁷ privilegiando, a espontaneidade, a curiosidade e a observação.

Ainda que incipiente e de maneira indutiva, através do uso de objetos, agora, não mais pela aplicação da disciplina formal, uma verdadeira renovação no ensino tencionava vislumbrar a matemática.

4 De 1900 a 1930

Durante os fins do século XIX e início das primeiras décadas do século XX, o Estado do Maranhão enfrentou problemas no campo da educação. Leia-se, por exemplo, o que escreve o jornal intitulado A Escola (1902) sobre a real situação educacional da época.

[...] E sabeis qual é a realidade? Eil-a: a creança não sabe ler direito e mal escreve. Não sabe sommar nem diminuir. [...], são estas as primeiras verdades que apresento hoje aos nossos leitores, almejando que ellas sejam lidas com o verdadeiro interesse que deve haver em materia de educação. Certos de que sem instrucção não haverá progresso e sem progresso voltaremos à barbaria (A ESCOLA, 1902, n.3 p.1).

Ao que tudo indica, o início do século ficou marcado por resultados que não correspondiam ao que era desejado pelos os maranhenses. Para Saldanha (2008), exigia-se a renovação dos métodos, contudo, a prática pedagógica desenvolvida no cotidiano escolar

¹⁷ Para Cartolando (2010), o método intuitivo ou lição das coisas, divulgado na Europa, na segunda metade do século XIX. No Brasil passou a ser tendência do ensino, graças ao intelectual e político Rui Barbosa e, posteriormente, Benjamin Constant. Etimologicamente, intuição significa “in”, em, e “tueri”, contemplar, conhecimento direto, imediato da verdade. adiantamento.

permanecia inalterada, pois, “[...] Diariamente, depois da lição [...] e depois dos bolos, ouvia-se esta frase inalterável: “Decore d’ aqui até ali” (FRAGOSO, 1902, p. 67).

Reinterpretando, essas disposições no decênio de 1910 almejavam-se mudanças no sentido de corrigir as distorções vigentes na educação, contudo o ensino primário na época de 1920-1930 manteve-se nos mesmos moldes da velha escola de primeiras letras (grifo meu) isto é: um só professor e uma só classe, agrupando alunos de vários níveis de

Assim sendo, a legislação examinada para a sustentação deste estudo, ainda não alcançou os objetivos desejados da investigação. Fontes específicas sobre o assunto continuam sendo investigadas e analisadas para serem consideradas como parte integrante desse estudo.

5 Resultados e discussão

Neste item, os enfoques principais são os de localizar e inventariar fontes históricas – documentais relacionadas aos currículos e programas de ensino de matemática, no período de pesquisa (processo em andamento). Nessa dimensão, a análise documental constitui-se em uma ação/resultados dos objetivos delineados sobre o objeto investigado.

Conclusão

Esta pesquisa (em andamento) tem permitido um estudo sobre a organização da instrução pública no Maranhão. Do estudo, apresentado, pôde-se evidenciar parcialmente, questões direcionadas ao contexto histórico, reformas estaduais da época, instigando-se aos currículos e programas de ensino de matemática, no período entre 1889 a 1930. A pesquisa avança na continuidade e aprofundamento em leis, decretos, regulamento, explicitando a constituição da matemática dos primeiros anos escolares. Forças ensejaram possibilidades e potencialidades para contribuir no processo investigativo do objeto em estudo.

Referencias

ABRANCHES, Dunshee de. **O Cativoiro**. Rio de Janeiro, 1941, p.119.

ANDRADE, Beatriz Martins de. **O discurso educacional do Maranhão na primeira República: uma análise de conteúdo**. Rio de Janeiro, FGV, 1982.153p. (Tese mestrado).

ANTONIO DA COSTA, David/Wagner Rodrigues Valente (org.) **Saberes matemáticos no curso primário: o que, como e por que ensinar?** 1. ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014.

AUGUSTINE, Charles H. D'. **Métodos modernos para o ensino da matemática**. Tradução de Maria Lucia F. E. Peres - Rio de Janeiro, 1976.

CARTOLANO, Maria Teresa Penteado. Benjamin Constant: **reconstrução nacional pela educação**. Revista HISTFDBR, Campinas nº 40, dez 2010. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/revislav/article/view/6536/pdf>>. Acesso em: 06 jan. 2015.

CASTELLANOS, Samuel Luís Velásquez. **Práticas leitoras no Maranhão na primeira república: entre apropriações e representações**. São Luís: EDUFMA, 2010.

FRAGOSO, Augusto Tasso. O colégio do Pires. **Revista do Norte**. Ano I, set. de 1901 a set. 1902. São Luís: Tipogravura Teixeira, p.6-7.

GUARANNY, A. L. A.; CERQUEIRA, T. S. Instrução Pública Pedagógica no século XIX. **VI Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade**; São Cristóvão – SE/Brasil, 2012. Disponível em: <http://educonse.com.br/2012/eixo_02/PDF/26.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2014.

GHIRALDELLI, Junior Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

JORGE, Miércio de Miranda. **Álbum do Maranhão**. São Luís: [s.n.], 1950.

MARANHÃO. **Regulamento da Instrução Publica de 2 de fevereiro de 1854**. Maranhão: Typografia Constitucional, 1854.

_____. **Regulamento geral da Instrução pública**. Maranhão: Tipografia a Vapor dos Frias, 1896.

_____. **Jornal a Escola**. São Luís: Arquivo Público do Estado do Maranhão APEM, 1902.

_____. Lei nº. 207, de 28 de abril de 1898. **Collecção das Leis Decretos do Estado do Maranhão de 1890-1895**. Maranhão: Imp. Typ., 1895, p. 142-143.

MEIRELES, Mário M. **História do Maranhão**. 3. ed. São Luís: Fundação Autêntica, 2001.

OLIVEIRA, Rosângela Silva. **Do contexto histórico às idéias pedagógicas predominantes na escola normal maranhense e no processo de formação das normalistas na primeira república**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís-MA, 2004.

OLIVEIRA, Antônio de Almeida. **O Ensino público** (obra destinada a mostrar o estado em que se acha, e as reformas que exige a instrução publica no Brasil), vol. único, Maranhão, do País, 1874, p. 11.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 22. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 1999.

SALDANHA, Lilian Maria Leda. **A instrução maranhense na primeira década republicana**. Imperatriz, MA: Ética, 2008.

_____. **A instrução pública maranhense na primeira década republicana**. 1992. 237 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 1992.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas**: reconquistando o conceito. Pesquisa em História da Educação: perspectiva de análise, objetos e fontes. Belo Horizonte: Horta Grande, 2008.

_____. Breves considerações sobre fontes para a História da educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Org.). **Fontes, História e Historiografia da educação**. Campinas: Autores Associados/HISTEDBR, 2004.

_____. **O legado educacional do século XIX**. Campinas. São Paulo. Autores associados, 2006.

SILVA, Maria Abadia Da. **Educadores e educandos**: tempos históricos. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2005, p. 106.

TRIBUZI, Bandeira. **Formação econômica do Maranhão**: uma proposta de desenvolvimento. São Luís, FIPES, 1981, p. 12.

VALENTE, W. R. **Uma história da matemática escolar no Brasil (1730-1930)**. São Paulo: Annablume. FAPESP, 1999.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do comércio no Maranhão**. São Luís: Associação comercial, 1953.

_____. **Apontamentos para a história da instrução pública e particular no Maranhão**. São Luís-MA, Typ, 1954a.